

# Transições

Centro Universitário Barão de Mauá

---

## Título

Neoliberalismo e o ocaso da democracia

## Resenha

CHAMAYOU, Grégoire. **A sociedade ingovernável**: Uma genealogia do liberalismo autoritário. São Paulo: Ubu, 2020.

## Autor

Tiago Santos Salgado

## Ano de publicação

2021

## Referência

SALGADO, Tiago Santos. Neoliberalismo e o ocaso da democracia. **Transições**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, 2021.

# NEOLIBERALISMO E O OCASO DA DEMOCRACIA

## NEOLIBERALISM AND THE TWILIGHT OF DEMOCRACY

Resenha do livro: CHAMAYOU, Grégoire. **A sociedade ingovernável**: Uma genealogia do liberalismo autoritário. São Paulo: Ubu, 2020.

Tiago Santos Salgado\*

A obra do filósofo Grégoire Chamayou se propõe à uma tarefa fundamental nos dias atuais: compreender a relação entre liberalismo, neoliberalismo e autoritarismo. Chamayou não é o primeiro a fazer tal empreitada, uma série de pesquisas foram publicadas recentemente com o intuito semelhante <sup>1</sup>, uma vez que as Ciências Sociais possuem o desafio de entender os fenômenos sociais e históricos que marcam o avanço da extrema direita em diversos países do mundo. Uma extrema direita que combina a liberdade econômica, e a defesa do esvaziamento do papel do Estado enquanto provedor de garantias sociais, ao mesmo tempo que se apoia em um discurso ultraconservador, baseado em valores de religiosidade, de nacionalismo, de xenofobia, racismo e sexismo. Como diz o autor:

Nossa era certamente é neoliberal, porém de um neoliberalismo híbrido, um conjunto eclético e em muitos aspectos contraditório, cujas sínteses estranhas se

---

\* Doutor em História pela PUC-SP e pesquisador do Centro de Estudos de História da América Latina (Cehal) da PUC-SP. Contato: tiago\_salgado1986@hotmail.com

<sup>1</sup> Como exemplo podemos citar Andrade (2019), Weinstein (2018), Dardot e Laval (2017) e Chauí (2020).

esclarecem apenas pela história dos conflitos que marcaram sua formação (CHAMAYOU, 2020, p. 25).

Esse combinado entre liberdade econômica e conservadorismo moral e político se mostra um traço típico do neoliberalismo, categoria que já foi muito discutida em círculos acadêmicos e políticos, e que se apresentou como solução das crises capitalistas que marcaram os anos de 1970. Foi nesse contexto que os *Chicagos Boys*, herdeiros do pensamento de Friedman e Hayek, além de outras “correntes” neoliberais, como as defendidas por Mises, passaram a apontar que a responsabilidade pela crise que assolava as economias capitalistas era da relação estabelecida entre o Estado e a sociedade durante a adoção das políticas keynesianas e da construção do Estado de bem-estar social.

Para os intelectuais de direita, a crise era grave, chegando, inclusive, a colocar em risco o próprio capitalismo, sendo que a democracia apresentava contradições que colocavam em risco o próprio sistema como um todo. A culpa não era do capitalismo e de suas contradições inerentes, mas sim da política democrática<sup>2</sup> e do papel excessivo do Estado (CHAMAYOU, 2020, p.319).

Ou seja, para os neoliberais, o aumento dos gastos públicos criava distorções econômicas que transbordavam para o tecido social, ou seja, o aumento do déficit público gerava desemprego, miséria, baixa produtividade e, conseqüentemente, diminuía as taxas de lucros dos capitalistas. Combinado a essa circunstância, apontavam para o fato de que o Estado “provedor” keynesiano também gerava problemas de ordem moral, uma vez que desencorajava o perfil empreendedor das pessoas, que cientes das garantias sociais que o Estado fornecia, se

---

<sup>2</sup> O autor retoma os escritos de Samuel Huntington nesse sentido, em que tal teórico explicita o que ele entende como problemas inerentes a democracia.

acomodavam e não buscavam inovar e empreender, criando uma “cultura da pobreza” (CHAMAYOU, 2020, p.55)

Tudo isso, somado à ação de sindicatos, de partidos políticos e de movimentos sociais, que empoderados pelo avanço econômico, pelo baixo desemprego e pelo contexto político dos primeiros anos da Guerra Fria, passaram desde os anos de 1950 a pressionar o poder público e as empresas por melhores condições de trabalho e aumentos salariais. Para os neoliberais, todo esse ambiente era considerado prejudicial, pois significava uma ingerência indevida de fatores políticos e sociais na esfera econômica, o que impedia o livre fluxo de capitais e o avanço econômico do capitalismo<sup>3</sup>.

A discussão acerca da função que o desemprego cumpre em uma sociedade capitalista, como elemento de disciplina e de manutenção da correlação de forças e de produção já foi analisado por outros autores, entre eles Kalecki (1977), que demonstrou como a burguesia se nega a aceitar políticas de pleno emprego, mesmo que comprometa os lucros, para conservar uma taxa “natural de desemprego” que manteria o medo da demissão e a ordem nas fábricas. Chamayou também retoma esse ponto na construção do pensamento neoliberal, acenando para o fato de que “enquanto existirem dispositivos de proteção social, a ameaça do desemprego não pode desempenhar plenamente seu papel, uma vez que a existência de seguro-desemprego reduz sua penalidade” (2020, p.54).

É aí que a discussão proposta por Chamayou ganha importância. O autor aponta para o fato de que a pressão da sociedade em um Estado de bem-estar social criava uma incompatibilidade entre democracia e neoliberalismo, ou seja, a democracia, para se efetivar, mesmo enquanto instrumento de manutenção da ordem capitalista,

---

<sup>3</sup> A obra coloca que em 1969, a revista *Fortune* registra contração dos lucros dos capitalistas, responsabilizando como culpados a alta do custo da mão de obra, alimentada pela combatividade operária (CHAMAYOU, 2020, p. 51).

precisa de um espaço “social” (BROWN, 2019), onde as dissidências entre as classes podem ser resolvidas através de instrumentos políticos sem alterar a ordem social vigente, importante para a manutenção da hegemonia burguesa. No entanto, para os neoliberais, até mesmo esse espaço “social” é entendido como um entrave para a plena circulação de capitais, em um momento em que o capitalismo passava para sua fase financeirizada. Em outras palavras, o neoliberalismo necessita “despolitizar a sociedade” (CHAMAYOU, 2020), inviabilizando a própria democracia liberal.

O autor demonstra como os neoliberais entendiam que o excesso de democracia tornava a sociedade ingovernável, sendo necessário buscar soluções para a crise capitalista, ao mesmo tempo em que se colocava em prática a agenda neoliberal de esvaziamento do Estado.

Nesse sentido, o autor demonstra como o movimento de construção do neoliberalismo se constituiu através de um programa de “longa duração”, ou seja, tem início na década de 1970 e ainda está se concretizando, sendo desenvolvido através de um programa teórico e prático elaborado por uma série de intelectuais, vinculados às grandes empresas capitalistas<sup>4</sup>, ou seja, o “mundo empresarial deveria se engajar em uma guerra pela mente dos homens” (CHAMAYOU, 2020, p.137).

Dessa forma, a obra oferece uma genealogia do pensamento tido como “liberalismo autoritário”, retomando suas origens e sua relação com a democracia, retomando, com já apontado, as contradições entre o Estado de bem-estar e o neoliberalismo. Em outras palavras, para os neoliberais, os direitos sociais não cabem no orçamento do Estado, sendo necessário adotar políticas de austeridade.

---

<sup>4</sup> Os neoliberais adotaram uma perspectiva de guerra ideológica contra intelectuais de esquerda que, segundo eles “propunham uma guerra contra a própria sociedade”, ou seja, muitos professores de esquerda foram considerados “inimigos da sociedade” (CHAMAYOU, 2020, p. 132).

No entanto, em um contexto em que as pessoas estão acostumadas a ter a segurança do Estado e dos serviços públicos, qualquer tentativa de diminuir o tamanho da intervenção estatal resultaria em revoltas e pressões, em particular com o alto nível de politização da sociedade em uma conjuntura democrática. Portanto, seria necessário adotar uma série de medidas para diminuir o poder de pressão de sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais, ao mesmo tempo em que uma pesada campanha de marketing buscava reconstruir a imagem pública das empresas e do mundo privado.

Isso recebeu o belo nome de “governança”. [...] Sob a influência das teorias da agência, o termo passou a ser utilizado no fim dos anos de 1970 numa perspectiva totalmente diferente. ‘Nossa abordagem de governança corporativa’ [...] ‘formula-se claramente em termos de agência [...] Nós queremos saber como os investidores fazem para que os gestores restituam seu dinheiro. (CHAMAYOU, 2020, p. 108)

Portanto, o neoliberalismo se construiu de “dentro para fora”, ou seja, em um primeiro momento, foi se desenhando dentro das fábricas, buscando refinar as relações de poder entre gestores, acionistas e trabalhadores com o intuito de enfraquecer pressões de instituições de repressão coletiva, e, posteriormente, se espalhou para a formulação de políticas públicas, principalmente quando ficou claro para os teóricos neoliberais a incompatibilidade do neoliberalismo e da democracia, uma vez que ao defender que a sociedade se organize como uma empresa, os indivíduos passam a ser subordinados por autoridades privadas e não mais o poder público ou o bem comum. “Em suma, a empresa começa a parecer um imenso e proliferativo *governo da vida privada*, muito mais hábil e invasivo que o poder de Estado.” (CHAMAYOU, 2020)

Ou seja, o neoliberalismo é, além de um programa econômico, um programa político que busca controlar o Estado e a elaboração de políticas públicas visando operacionalizar o funcionamento da sociedade e dos indivíduos. Em outras palavras, o discurso e a prática neoliberal se equilibram, no que diz respeito ao Estado, em uma dualidade: Estado mínimo na economia e Estado máximo no que diz respeito a adoção de políticas de desregulamentação financeira e de repressão social, que se expressaria em um “misto” da *hard law* (repressão) e da *soft law* (permissividade com o capital) (CHAMAYOU, 2020, p. 251).

Portanto, para além do cara a cara entre empresas e ativistas, havia um jogo de três elementos, incluindo o poder estatal, com a captura do legislador como desafio central. Se os dirigentes empresariais, por sua vez, tinham de se tornar militantes, não era só para repelir os ataques adversários, mas igualmente para impor uma agenda própria, fazer com que ‘as escolhas das políticas públicas fossem influenciadas pelo setor privado’ (CHAMAYOU, 2020, p. 209).

Dessa forma, buscou-se construir um arcabouço teórico que contrapunha o liberalismo ao totalitarismo e a democracia ao autoritarismo. Ou seja, dentre as alternativas possíveis, a única que não poderia ser aceita era o totalitarismo, sendo que a democracia só teria validade caso adotasse uma política econômica liberal.

Em 1981, quando lhe perguntaram sobre sua posição diante dos regimes totalitários na América do Sul, Hayek retruca que isso não existe. Não confundamos totalitarismo e autoritarismo. E esclarece que o único governo ‘totalitário’ que existira até recentemente na América Latina havia sido o Chile de Allende. Sem dúvida, um caso extremo de ‘democracia totalitária’. Totalitária? Mas em que sentido? É ‘totalitário’, Hayek responde, um sistema que, diferentemente do liberalismo e do individualismo, ‘pretende organizar o conjunto da sociedade e de todos

os seus recursos', tendo em mira um 'fim unitário' (CHAMAYOU, 2020, p. 331).

Como se percebe, para Hayek o governo democrático de Allende era inaceitável, o considerando uma “democracia totalitária”, enquanto a ditadura sanguinária de Pinochet era entendida como um regime liberal, já que defendia a liberdade dos mercados. Essa é a moralidade neoliberal. E mais, acusa a democracia e a *via chilena* ao socialismo de pretender “organizar o conjunto da sociedade e de seus recursos”, como se o neoliberalismo não fizesse exatamente o mesmo. Com uma diferença, enquanto o governo democrático de Allende buscava organizar a sociedade através da ação coletiva, de forma democrática, buscando romper os laços de subordinação e dependência que marcam o Chile, o neoliberalismo busca reproduzir e aprofundar essas mesmas características, mesmo que para isso tenha que apoiar golpes de Estado, tortura e assassinato.

Aqui cabe um comentário acerca da teoria liberal do totalitarismo: Como sabemos, seu principal expoente, Hannah Arendt (2013), também operou uma manobra teórica semelhante ao selecionar características políticas do nazismo e do stalinismo com o objetivo de enquadrá-los como regimes totalitários. Assim, ao mesmo tempo em que condenou o comunismo, eternizou a liberal democracia como única alternativa às sociedades modernas. Além das muitas críticas à essa leitura (CHASIN, 2000, COTRIM, 1999), caberia mais uma: Se o neoliberalismo se propõe, como foi colocado pelo autor, a ser um *governo da vida privada*, muito mais invasivo que o Estado, não seria o neoliberalismo uma forma de totalitarismo? Tal postura teórica inverteria a teoria liberal do totalitarismo, que foi utilizado de forma politicista para condenar as experiências comunistas e passaria a ser uma categoria capaz de analisar criticamente não apenas os autoritarismos, mas além disso, as formas

econômicas e ideológicas pelas quais o capitalismo se efetiva e exercita sua dominação e constrói hegemonias<sup>5</sup>.

A ginástica teórica operada pelos neoliberais guarda raízes nos escritos de autores como Carl Schmitt e que posteriormente foram reapropriados pelos paladinos neoliberais, particularmente, Hayek, que se apropriaram da análise do pensador alemão sobre a conjuntura pré-nazista nos anos de 1920 e sua crítica à democracia. Para Schmitt, o conceito chave era o de “Estado total”, fazendo referência à possibilidade de a democracia parlamentar construir práticas tidas como totalitárias. Essa tese é apropriada por Hayek através da equação “Estado neutro”, liberal do século XIX está se transformando em “Estado total”, ou seja, as contradições da expansão democrática estariam acabando com a neutralidade do Estado e prejudicando seu pleno funcionamento.

Dessa forma, os neoliberais acreditam que para acabar com o “Estado total” típico de democracias excessivas, como a do Estado de bem-estar social, seria necessário um Estado ainda mais forte, mas que atuasse no sentido de destruir as relações inerentes à democracia através de forte repressão e atividades propagandistas, mobilizando o que existe de mais moderno para controlar corpos e mentes. A liberdade, portanto, ficaria restrita às atividades do mercado.

Ora, fica claro nesse ponto o que Mises queria dizer quando afirmou que o “fascismo e todos os impulsos similares salvaram a civilização europeia”. Para os neoliberais, o fascismo foi a solução para desemaranhar as contradições e as pressões sociais resultantes da democracia. Para Hayek, por exemplo, foi a República de Weimar a responsável pelo nazismo na Alemanha, uma vez que a democracia do

---

<sup>5</sup> Chamayou não chega a fazer tal operação, mas indica a existência de um “capitalismo fascista”, que se caracterizaria como um capitalismo desenfreado, como o desejado pelos neoliberais, mantido por um regime político de força brutal, como aconteceu durante a ditadura de Pinochet no Chile (2020,p.325).

bem-estar “alimenta um socialismo que conduz diretamente ao fascismo”. Quer dizer, retira-se a reponsabilidade dos próprios nazistas e culpabiliza aqueles que foram as vítimas. Como aponta Chamayou, é um “continuísmo grosseiro que só pode ser enunciado à custa da negação das relações políticas e sociais” (2020, p.346).

Assim, o liberalismo autoritário defendido pelos neoliberais, além de atacar a democracia, também é composto por um profundo anticomunismo, o que justifica, em casos particulares, a instalação de ditaduras, contanto que adotassem a liberdade para o capital. Dessa forma, ao apoiar ditaduras, abre-se uma outra contradição, dessa vez no que diz respeito ao conceito de liberdade, ou seja, como ser liberal e defender um regime autoritário que nega os direitos civis, prende, censura, tortura e mata?

Para os neoliberais, essa engenharia é possível pois a liberdade se relacionaria exclusivamente à liberdade de mercado, que se sobrepõem à liberdade individual. Portanto, é possível, para os neoliberais, existirem regimes autoritários muito mais liberais do que democracias, que estariam sujeitas a pressões de grupos específicos que inviabilizariam o livre mercado. Ora, como muitos grupos de pressão se vinculam às demandas de minorias, essas passam a ser relacionadas como inimigas da liberdade e do crescimento econômico nacional. Até mesmo questões relacionadas a preservação do meio ambiente são tidas como medidas autoritárias que diminuem o direito e a liberdade de empreender e lucrar. Pronto, estão dadas as condições para a junção entre neoliberalismo e extrema direita.

Mas que conteúdo resta em uma noção de liberdade tão rasa? Apenas a liberdade econômica, compreendida como livre disposição de sua propriedade. “Quando madame Thatcher afirma que a livre escola deve se exercer mais no mercado do que nas urnas, ela se limita a lembrar” endossa Hayek, “que nesse primeiro tipo de escolha é indispensável à liberdade individual, enquanto

o segundo não é: a livre escolha pode, aliás, existir sob uma ditadura capaz de limitar a si mesma, mas não sob o governo de uma democracia ilimitada." Não poderia ser mais claro: a liberdade econômica, a do individualismo possessivo, não é negociável, enquanto a liberdade política é opcional (CHAMAYOU, 2020, p. 330).

Para melhor exemplificar, o autor demonstra como, em condições de crise, os neoliberais responsabilizam pela miséria, pelo desemprego e pela piora das condições de vida, minorias que acabariam tendo direitos demais, enquanto as majorias seriam violentadas por esses grupos que se aproveitariam do Estado benfeitor para se aproveitarem dos esforços coletivos. Portanto, o discurso neoliberal se utiliza de uma suposta relação entre o Estado e grupos específicos, para defender o livre mercado e a diminuição do Estado, ao mesmo tempo que passa a se expressar através do nacionalismo, da xenofobia, do sexismo, do racismo.

A otimização social e da economia passaria, portanto, pela necessidade de despolitizar a sociedade e o Estado, o que resultaria em um processo de racionalização baseado em pressupostos de gestão empresarial. Ou seja, a ideia é que a sociedade abandonasse qualquer organização de caráter coletivo para adotar pressupostos meritocráticos e individualistas, que teriam como objetivo emular em todos os aspectos sociais, econômicos e políticos a dinâmica dos mercados.

Assim, melhor do que uma "ditadura dos generais", como aconteceu no Chile, seria uma "ditadura dos mercados", em que o entrelaçamento das relações entre o Estado e os mercados financeiros geraria uma dependência do primeiro em relação aos ditames do mercado, tornando a política cada vez mais limitada aos interesses privados. Assim, o mercado não seria mais apenas aquilo sobre o que a política não deveria avançar, "mas também aquilo que ela devia se subordinar a partir de então". (CHAMAYOU, 2020, p.359)

Aqui reside um outro problema para os neoliberais, uma vez que na democracia, quem votaria em candidatos que buscam diminuir os

direitos sociais em prol de uma agenda ultra-individualista e pró-mercado? A solução encontrada foi o desenvolvimento de uma estratégia que busca intervir na “micropolítica”, em que o objetivo é criar condições particulares em que os indivíduos são levados a tomar decisões que acreditam ser benéficas, mas que na verdade acabam por diminuir seus direitos no longo e médio prazo.

Nesse sentido, a obra deixa claro a importância das políticas de privatização. A questão aqui é clara: a privatização tem como objetivo diminuir as atribuições do poder público, repassando-as para a iniciativa privada. Ou seja, saúde, educação, segurança, previdência seriam atribuições de empresas. No entanto, fazer tais reformas de forma brusca, de uma só vez, encontraria resistência política e social, o que as inviabiliza e acaba politizando as questões, o que os neoliberais não querem.

Portanto, a solução seria realizar as privatizações aos poucos, buscando uma passagem suave do Estado de bem-estar para o Estado privatizado, mas ajustando os custos da privatização para o futuro. O autor lembra que as reformas previdenciárias, por exemplo, não incidem sobre os já aposentados, mas sobre os que ainda vão se aposentar, jogando o custo social para as gerações futuras, o que as torna mais palatáveis no presente. A ideia é que “privatizando a oferta, busca despolitizar a demanda”, ou seja, “uma vez protocolada a liberalização, são os próprios indivíduos por meio de suas microescolhas de consumidores que se tornam os motores da mudança”. (CHAMAYOU, 2020, p.377)

O autor também chama especial atenção para as consequências ambientais que as políticas neoliberais causam, em particular em sociedades de capitalismo tardio, como é o caso da América Latina, onde o projeto neoliberal se torna ainda mais dramático, uma vez que, como lembra o autor, em sociedades desiguais “confiar ao mercado a tarefa de redistribuir direitos ambientais inalienáveis resulta,

necessariamente, em deixar os mais ricos transferirem o custo social para os mais pobres. [...] E isso em um ciclo vicioso em que a desigualdade econômica atrai uma desigualdade ambiental que agrava ainda mais a miséria real dos pobres" (CHMAYOU, 2020, p. 285).

Assim, o projeto privatizante neoliberal é de gerações, sendo elaborado de forma racional, com rigor metodológico e natureza revolucionária, já que buscam alterar a própria sociedade e a forma como os indivíduos se relacionam. Para tal, se comportam como se estivessem em um campo de batalha, adotando estratégias, inclusive, do campo militar para derrotar seus inimigos (a democracia, a classe trabalhadora, os movimentos sociais). No entanto, o fato de ainda estarmos enfrentando as privatizações demonstra que a batalha ainda não acabou. Para o autor essa é uma boa notícia.

A obra termina nesse ponto, se mostrando fundamental para o entendimento da sociedade atual e dos desafios que os movimentos sociais, partidos e militantes de esquerda precisam enfrentar para conter o avanço da extrema direita e do neoliberalismo. Parece que por enquanto estamos perdendo guerra, mas ainda não acabou. O autor acredita que ainda é possível reverter esse quadro. Essa também é uma importante contribuição da obra de Grégoire Chamayou.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Sociedade e Estado**, v. 34, n. 1, p. 211-239, 2019.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.

CHAMAYOU, Grégoire. **A sociedade ingovernável**: Uma genealogia do liberalismo autoritário. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

CHASIN, José. **Ensaio ad hominem, tomo III (política)**. São Paulo: Ensaio, 2000.

COTRIM, Lívia. **O ideário de Getúlio Vargas no Estado Novo**. Tese (Doutorado em Sociologia) – IFCH-Unicamp, Campinas, 1999.

CHAUI, M. O totalitarismo neoliberal. **Anacronismo e Irrupción**, v. 10, n. 18, p. 307-328, 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

KALECKI, Michal. **Crescimento e ciclo das economias capitalistas**. São Paulo: Hucitec, 1977.

WEINSTEIN, Marc. Pensar el totalitarismo neoliberal: seis tesis sobre el totalitarismo. **Constelaciones**, n. 10, p. 74-115, 2018.